

## Polícia descarta latrocínio no caso de advogado

Secretário Marcus Amim diz que diversas possibilidades são investigadas, e, se crime tiver vínculo com o trabalho da vítima, autores também poderão responder por tentar abolir o Estado Democrático de Direito

BRUNA MARTINS, JÉSSICA MARQUES E VERA KRAUJO  
@brunamartins14

Um dia depois da execução do advogado Rodrigo Marinho Crespo no centro do Rio, o secretário de Polícia Civil, delegado Marcos Amim, afirmou que a hipótese para o crime descartada até agora é a de latrocínio — roubo seguido de morte. Todas as outras possibilidades seguem em investigação. Segundo ele, os casos de homicídio revelam “uma animosidade anterior entre a vítima e alguém”. Por isso, é protocolo estudar os relacionamentos profissionais, afetivos e familiares do morto.

— Sabemos que o autor chamou pelo nome da vítima, efetuou dois disparos e, depois que ela caiu, disparou excessivas vezes. Se a investigação apontar para ligação com o trabalho da advogada, vamos focar na penalização dos autores no sentido de anequeamento do Estado Democrático de Direito — disse o secretário, após um encontro na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

**‘MUITO SIMBÓLICO’**  
Participaram da reunião para discutir o crime o presidente da OAB-RJ, Luciano Bandeira, e o secretário de Segurança Pública, Victor Cesar Santos.

— O crime aconteceu próximo às sedes da OAB, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Rio, todos órgãos importantes para o Judiciário brasileiro. Foi muito simbólico, e estamos engajados em fazer uma investigação rápida para identificar todos os envolvidos. É importante as pessoas não confundirem o advogado com o cliente dele, não responsabilizarem o profissional pela própria natureza de seu trabalho.

Crespo foi executado às 17h15 de segunda-feira na Avenida Marechal Câmara, em frente ao prédio onde fica seu escritório e a poucos metros da sede da OAB. Ele estava acompanhado de um sobrinho e pretendia comprar um lanche com um



vendedor de rua quando foi atingido com mais de dez disparos de pistola 9mm. Toda a ação durou 14 segundos. O assassino fugiu em Gel Branco, que seguiu pela via e passou em frente aos prédios da Defensoria Pública, do Ministério Público e de uma unidade da Aeronáutica. Policiais calculam que o autor do crime tenha feito 18 disparos.

Caso os criminosos sejam acusados de ter ameaçado o Estado Democrático de Direito, como mencionou o delegado Marcos Amim, eles poderão ter que cumprir de quatro a oito anos de reclusão, além da pena correspondente ao homicídio.

Responsável pelo caso, a Delegacia de Homicídios da Capital (DHC) está com as chaves do apartamento do advogado, para buscar indícios que ajudem nas investigações — como em um computador, por exemplo. A entrada foi autorizada pela mãe de Crespo. Cinco pessoas já prestaram depoimento, entre elas a namorada da vítima, que chorava muito quando chegou ontem à tarde à unidade polici-



**“Se a investigação apontar para ligação com o trabalho da advogada, vamos focar na penalização dos autores no sentido de ameaçar o Estado Democrático de Direito”**

Marcus Amim,  
secretário de  
Polícia Civil

al. Ela também esteve pela manhã no Instituto Médico-Legal (IML), onde fez o reconhecimento do corpo com parentes da família quis da entrevista.  
A polícia tenta esclarecer se a morte do advogado teria relação com a defesa que ele fazia da legalização de jogos de aposta. Em seu perfil numa rede social, o advogado afirmava ter interesse por “regulamentação do mercado brasileiro de jogos lotéricos e registro de apostas”.

**Investigação**  
Policiais civis buscam imagens de câmeras de segurança na Avenida Marechal Câmara

**Tráfego**  
Parentes do advogado Rodrigo Marinho Crespo chegam ao IML para liberar o corpo

Segundo os investigadores, ele vinha participando de cursos sobre o tema, com a intenção de se tornar uma referência no assunto.  
O escritório do qual Crespo sócio também atua na assessoria jurídica a corretoras de bitcoins e outros criptoativos (exchanges), além de ter equipe especializada em processos de falência e recuperações judiciais. No site da empresa, o advogado é descrito como especialista em Direito Civil Empresarial com ênfase

em contratos e Direito Processual Civil.

Minutos antes do crime, Crespo saiu do edifício onde fica seu escritório e foi até uma banca de jornal em frente ao prédio da OAB (a cerca de 50 metros de distância), acompanhado de um sobrinho. Os dois ficaram poucos minutos no local. O sobrinho comprou uma bebida láctea. A ideia era comprar um lanche na rua num ambulante conhecido.

**‘EDUCADO E GENTE BOA’**  
Taxistas que trabalham no ponto em frente ao local do assassinato descreveram o advogado como alguém educado, gente boa, calado e tranquilo. Um deles lembra de ter feito várias corridas com ele, entre as quais, recentemente, uma até o Norte Shopping e outra até o Fórum do Méier.

— Ele sempre cumprimentava a gente, uma pessoa gente-bom mesmo. Não estava no ponto na hora do crime e, quando soube que era ele, nem acreditei. Não dá para imaginar, era um cara muito tranquilo mesmo — disse um dos motoristas, que preferiu não se identificar.

— Foi tudo muito rápido. Ovíti os tiros, parecia até que eram bombas. Logo depois teve uma correria. Eu sei que não consegui me refazer ainda — contou uma testemunha.

Na manhã de ontem, o movimento de policiais ainda era grande no trecho onde o advogado foi executado. Os agentes estiveram nos prédios mais próximos em busca de novas imagens que tenham registrado a chegada do carro onde estava o assassino e buscavam informações com possíveis testemunhas.

Formado pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), em 2005, e com pós-graduação em direito civil empresarial pela Fundação Getúlio Vargas, em 2008, Crespo tinha 42 anos. Em sua página no Instagram, a OAB-RJ lamentou a morte do advogado e informou que vai acompanhar a investigação do crime.

## Operação da PF investiga desvios na Saúde de Maricá

Relatório do TCE calculou em R\$ 71 milhões o prejuízo aos cofres públicos. Na ação de ontem foram apreendidos seis carros de luxo

JOÃO VITOR COSTA  
@joaovitorcosta

Deflagrada ontem, pela Polícia Federal, a Operação Sálus — batizada em referência à deusa da saúde, na mitologia grega — foi às ruas e cumpriu 13 de 14 mandados de busca e apreensão emitidos pela Justiça. Os alvos estavam envolvidos em desvios de recursos públicos na Secretaria de Saúde de Maricá, na Região dos Lagos. Os valores em questão eram oriundos do Piso de Atenção Básica, usados na rede de atenção primária à família, através de contrato com a organização social Instituto Gnosis. Na ação, foram apreendidos seis carros de luxo, entre os quais um Porsche Macan, e R\$ 68 mil em dinheiro.

A operação mirou servi-

dores públicos, que foram afastados de seus cargos: a secretária municipal de Saúde, Solange Regina de Oliveira; e a diretora do Hospital municipal Ernesto Che Guevara, Simone da Costa, que deixou o posto de secretária municipal de Saúde em 2021, assim como os presidentes das comissões de Acompanhamento e Fiscalização de Contratos, Carlos Augusto Anacleto, e de Avaliação de Desempenho, Marcelo Costa Velho.

**AUDITORIA DO TCE**

O contrato, vigente entre fevereiro de 2020 e fevereiro de 2022, era de R\$ 239 milhões, e chegou a mais de R\$ 600 milhões por meio de aditivos, como o que prolongou o acordo por mais dois anos. O Tribunal de

Contas do Estado (TCE) estimou o prejuízo aos cofres públicos em R\$ 71 milhões. Sócios do Instituto Gnosis também foram alvos da operação — o único mandado não cumprido seria na sede da organização social, mas indicava um endereço antigo: a OS hoje tem sede na Barra da Tijuca, na Zona Oeste do Rio. Além de Rio e Niterói, equipes da PF estiveram em endereços de Maricá como a prefeitura da cidade, a Secretaria municipal de Saúde e o Hospital municipal Ernesto Che Guevara.

Os crimes investigados são de peculato, desvio, falsidade ideológica, corrupção passiva e lavagem de capitais, segundo o delegado Adriano Spindola, responsável pela investigação.

— Ausência de fiscalização por quem deveria tê-la



Nas ruas. Agentes na Secretaria de Saúde de Maricá, um dos locais visitados

feito, ausência de transparência, inclusive do órgão municipal, e elevados valores, compatíveis a grandes obras de engenharia. Juntando essas situações, é um campo fértil para o desvio de recursos públicos — replicou Spindola, em entrevista, ausência de transparência, inclusive do órgão municipal, e elevados valores, compatíveis a grandes obras de engenharia. Juntando essas situações, é um campo fértil para o desvio de recursos públicos — replicou Spindola, em entrevista

— O tribunal identificou dez situações de discrepância, como por exemplo o pagamento de taxa de rateio e administração, que é algo ilegal; a utilização de diversas contas bancárias; e o pagamento de verbas trabalhistas para quem trabalhou numa época em que a OS nem tinha contrato com a prefeitura. E isso atrai a atenção não só por improbidade, mas também pela infração penal — detalhou o delegado.

Em nota, a prefeitura de Maricá declarou que “a operação da PF não teve como alvo o Hospital Che Guevara” e que o hospital “não tem e nunca teve qualquer vínculo com a OS Gnosis”. O texto ainda afirma que “todos os esclarecimentos pedidos serão feitos, bem como o cumprimento de todas as determinações judiciais”.

Já o Instituto Gnosis diz que a operação da PF “causou surpresa”, justificando sempre ter apresentado “todas as devidas prestações de contas”.